

SERVIÇOS DE INFORMAÇÕES NO CONE SUL: INTERCONEXÕES SOB A ÉGIDE DA DOCTRINA DE GUERRA REVOLUCIONÁRIA (1960-1990)

Jussaramar da Silva *

RESUMO

O presente artigo discute as formas pelas quais Serviços de Informações do Cone Sul entrelaçaram seus aparatos repressivos a partir dos anos de 1960; capitaneados pelos preceitos da Doutrina de Guerra Revolucionária, desenvolvida pelos franceses durante a Guerra na Argélia, no final dos anos de 1950 e início de 1960, e disseminada pelo mundo através de suas Embaixadas. Doutrina essa que se integrou às Doutrinas de Segurança Nacional, embasando as estratégias e táticas das práticas genocidas e de lesa humanidade cometidas pelas ditaduras do Cone Sul. O enlace dos Serviços dava-se através de uma série de atividades em que as nações sob ditaduras envolviam-se conjuntamente. Como referência para essa análise, valemo-nos de informações extraídas dos documentos constantes no Arquivo do Horror em Assunção – Paraguai, relativos às Conferências Bilaterais de Exércitos, integradas por membros das forças armadas do Brasil, da Argentina e daquele país; bem como de correspondências oficiais efetuados por exércitos ou serviços secretos das “nações amigas”. Destaca-se nessa intersecção, o papel de adidos militares e embaixadas que amparavam a Doutrina de Guerra Revolucionária, servindo de aporte para a intersecção entre as perseguições políticas a civis e os interesses econômicos da nação que representavam.

Palavras-chave: Doutrina de Guerra Revolucionária. Trocas de Informações. Formação de pessoal em Doutrina de Guerra Revolucionária.

Atualmente, são relativamente conhecidas as informações sobre dispositivos internacionais de informações. Datados especialmente do final dos anos de 1960 e princípios de 1970, esse tipo de ação ficou conhecido no Cone Sul por atividades entre Serviços de Informações e Exércitos que foram nomeadas como Operação Condor, principalmente. Essa questão retornou ao debate nesse século especialmente após o 11 de setembro de 2001 nos EUA quando, em nome do combate ao terrorismo, o Estado americano e seus aliados começaram a empreender uma série de ataques aos cidadãos e grupos sob essa pecha. Com o argumento do mal menor, o combate ao “terrorismo” iniciou-se levando à morte uma série de civis envolvidos ou não com grupos afiliados a Al-Qaeda (TERESTCHENKO, 2011).

* Doutoranda em História Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Bolsista CAPES. Email: jussaramar@gmail.com

Um caso emblemático e que causou grande comoção no Brasil e sérias repercussões no exterior foi o assassinato do brasileiro Jean Charles de Menezes, um mineiro que foi morto em Londres confundido com um “terrorista”, quando já havia se iniciado em escala internacional o combate contra o terror. As raízes históricas do formato dos embates, a partir dos atentados de 11 de setembro, estão repousadas historicamente em programas internacionais desenvolvidos pelas potências durante os anos de 1960/1970, momento da Guerra Fria, em que os alvos eram os “comunistas” ou “subversivos”, de acordo com Terestchenko (2011).

As atividades em curso na segunda metade do século XX, que envolveram Polícias, Forças Armadas, Embaixadas, Adidos Militares e os Serviços de Informações, iniciaram-se no período anterior e resultaram na consolidação de uma prática conjunta; dando caráter internacional às inúmeras ações, com estratégias e táticas repressivas. Dessas, coloca-se uma questão a ser discutida: qual é o sentido da internacionalização da repressão quando diversas operações aconteceram?

O caráter internacional tem sido conferido às operações que, expressamente, perseguiram de forma conjunta pessoas vinculadas a organizações de caráter revolucionário; porém, não há menção alguma de que os processos de formação sobre estratégias e táticas repressivas que tenham sido desenvolvidas entre as forças armadas, sistemas de informações e agentes, de forma conjunta, e que tenham possibilitado desencadear outras operações aparentemente de caráter local ou entre duas nações – bilateral. Contudo, por sua semelhança, elas demonstram que o processo de internacionalização repressiva teve um impacto de tal ordem que seu alcance foi muito maior na capacidade organizativa da sociedade do que aquelas inicialmente assim consideradas. Como exemplo, reconhece-se à Operação Condor o seu caráter internacional; mas operações como a Toba¹, ocorrida no Nordeste Argentino contra as Ligas Agrárias Camponesas e estudantes, desencadeada pelo Exército Argentino, que impactaram e desmobilizaram toda a juventude e camponeses na região, têm sido consideradas apenas locais.

A questão colocada anteriormente, remete-nos a novos problemas, como por exemplo, o de quantas Operações “Toba” cumpriram a mesma função desmobilizadora de importantes setores da sociedade, porque usaram as mesmas estratégias? Há de se considerar que muitas não foram desencadeadas em todo o Cone Sul, tratando-se de eventos locais, mas utilizaram das mesmas estratégias e táticas das Operações Bilaterais e Multilaterais.

O exame dos documentos do período demonstra que a articulação das forças armadas, dos sistemas repressivos, com seu *modus operandi* próximo, mesmo que resguardando especificidades locais, conferiu um caráter internacional à repressão e não tão somente a Operação em si, por mais impactante e visível que tenham sido umas e não outras. O grau de importância dessas ações repressivas pode ser medido, por exemplo, quando se desmobiliza setores inteiros de uma sociedade, como são aquelas que, no Cone Sul, desmobilizaram toda a sociedade, tais como estudantes e camponeses na Operação Toba na Argentina e a Guerrilha do Araguaia; matando um significativo número de militantes do Partido Comunista do Brasil, no Brasil, por exemplo.

O impacto da Operação Toba na sociedade local foi desmobilizador para as reivindicações de jovens e camponeses pobres e, embora não tenha ganhado projeção internacional, cumpriu também a função de liberar a região para que o capital internacional adentrasse na região.

O caráter internacional da repressão foi descoberto principalmente a partir de denúncias de familiares e de ex-presos políticos. A partir de 1992, com a descoberta dos documentos que compõe hoje o acervo do Arquivo do Horror² em Assunção, foi confirmado o que antes era apenas uma suspeita. A criação da Operação Condor foi a ponta do iceberg para muitas pesquisas e, embora não se conheça todo o seu conjunto documental, ela traz à tona a necessidade de se aprofundar e conhecer o caráter internacional da repressão e das operações. Condor foi fundada em 1975, com a colaboração entre os aparatos repressivos do Chile, Uruguai, Paraguai, Argentina e Bolívia; no ano seguinte, ganhou a adesão formal do Brasil, Peru e Equador.

Enquanto acontecia a Operação Condor, formalizada a partir de 1975, outras operações aconteceram concomitantes. Embora muitas delas expressassem táticas específicas, porque não envolviam todos os aparatos repressivos na ação em si, em suas estratégias pressupunham uma formação comum. Elas eram internacionais em suas estratégias de guerra, podendo ser locais, bilaterais ou multilaterais e tinham o sentido de uma repressão entre duas nações ao que se denominava de “subversão” ou “comunismo”. Cabe destacar, contudo, que mesmo as Operações acontecendo em separado, o exame de documentos de Silva (2010), indicam que nelas formou-se um grande banco de dados sobre “os subversivos”, o que possivelmente foi a base documental de fundação da Operação Condor. As operações eram diferentes, mas não concorriam entre si. Além disso, um mesmo órgão de informação enviava

dados tanto para uma ação bilateral, quanto para outra de maior envergadura, como o Condor, por exemplo.

Todavia é importante ressaltar que tal internacionalização das estratégias e táticas dos aparatos repressivos é um dos componentes da Guerra Fria, transformando as lutas dos trabalhadores contra o capital numa lógica maniqueísta de divisão do mundo em dois blocos.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, o inimigo assim configurado foi internacionalizado, adquirindo a mesma configuração. O “comunismo” e todas as variantes para esse nome, tais como “guerrilheiros” e “subversivos” ganhou uma mesma lógica em todos os países. É importante esse destaque no presente trabalho, pois ajuda a compreender como as nações alinhadas com os Estados Unidos, sob a ótica do capitalismo portaram-se no combate aos seus inimigos. Em geral, parte-se do pressuposto de que foram os Estados Unidos os precursores das teorias que derivaram no combate ao “comunismo”. As Doutrinas de Segurança Nacional (DSN) incorporaram não só os preceitos da Guerra Fria, capitaneadas pelos Estados Unidos, mas também adicionaram os preceitos franceses da Doutrina de Guerra Revolucionária respaldando uma série de outras no mundo. As DSN expressam tanto essa difusão internacional dos preceitos da Guerra Fria que introjetaram a cultura do combate à subversão e ao comunismo, quanto os preceitos, conceitos, estratégias e táticas vindas da França.

É salutar, contudo, destacar que, por uma série de questões particulares, foi a França, conforme veremos, a responsável pela fundação e difusão inicial das teorias de Guerra que ampararam o “combate à subversão” ou ao “comunismo”. Aos Estados Unidos coube um aprofundamento das técnicas e a capacidade técnica de multiplicar os ensinamentos franceses numa proporção internacional.

Cumprе resgatar em qual contexto a França desenvolveu a Doutrina de Guerra Revolucionária (DGR). Finda a Segunda Guerra Mundial, a França começou a enfrentar graves situações de lutas por independências dentro de suas colônias. Cabe destaque a duas em particular: a Indochina e a Argélia. Os generais franceses, ao se depararem com os movimentos de independência e com as forças comunistas dentro dessas colônias, iniciaram um tipo de combate diferente dos convencionais; marcados, por exemplo, nos formatos na Primeira e Segunda Guerra. Ao perceberem que, durante a luta pelas independências, as forças estavam organizadas sob a ótica de luta do “comunismo” ou “socialismo”, especialmente na Indochina; os franceses iniciaram uma preparação para os combates vindouros de uma nova forma, amparadas pelas mesmas técnicas de guerrilhas, originárias nos estudos de trabalhos como o de Mao Tsé-Tung, por exemplo.

Perdida a Indochina, iniciaram-se os combates na Argélia. Lá, os combates davam-se ainda sem definições táticas da DGR precisas. Eram muito baseados nos formatos das Guerras Convencionais, que são aquelas em que os Estados beligerantes enfrentam, tal como ocorreu na Primeira e na Segunda Guerra Mundial. Na Argélia, os combates por parte do Exército e Forças Policiais francesas desenvolveram-se com um novo tipo de teoria que, ao longo da história, foi nomeado como Guerra Moderna, Guerra Suja, Guerra Revolucionária, para ficarmos em alguns exemplos da nomenclatura utilizada, partindo da experiência da derrota da Indochina. Nesse caso, a beligerância não se daria entre dois exércitos regulares (guerras convencionais), mas entre as forças estatais e paraestatais³ de combate, sendo que Exércitos e Polícias agiriam conjuntamente, combatendo civis.

O principal articulador dessa teoria foi o Coronel Roger Trinquier, seu mentor. Seus preceitos rapidamente foram adotados na Argélia, como uma forma de combater os opositores sob domínio francês nessa colônia. Amparado em suas impressões acerca dos combates, Trinquier publicou “*La guerre moderne*” em 1961, tendo essa obra sido traduzida na Argentina a partir de 1963.

A definição da necessidade de uma nova doutrina, um novo formato para a Guerra foi definido da seguinte forma por Trinquier

Desde que terminou a segunda guerra mundial, uma nova forma de guerra foi criada. Chamada algumas vezes de “guerra revolucionária”, difere fundamentalmente das guerras do passado no aspecto de que nunca se espera que a vitória seja consequência do choque de dois exércitos em campo de batalha. Isso de que o inimigo seja aniquilado depois de uma ou mais batalhas é coisa do passado. (TRINQUIER, [1963?], p. 22 – tradução da autora).

A conexão entre as teorias traduzidas a partir das experiências da Argélia no Cone Sul deve-se, principalmente, ao fato de que foram elas que se difundiram largamente na região, sobretudo a partir da Argentina, mas não só. Na Argentina, a França manteve uma Missão Militar responsável por treinar e auxiliar a Junta Ditatorial no sentido de organizarem as novas teorias. Outro lugar em que as experiências francesas aconteceram foram os Estados Unidos, conforme vínhamos explicando. A partir da Doutrina Truman, as Forças Armadas dos Estados Unidos atentaram para as novas modalidades de combates empreendidas pelos franceses.

Explicitando a ideia do conflito permanente, Trinquier expôs que “a luta que temos mantido durante mais de 15 anos na Indochina e na Argélia é realmente uma guerra. Só que, em ambas as partes, estamos envolvidos no que se chama *guerra moderna*” ([1963?] p. 23 – tradução da autora, destaques do original).

Para resolver esse tipo de demanda, em 1952, em Fort Bragg na Carolina do Norte, EUA, foi criado o Psychological Warfare Center. Dentre suas inovações, iniciou o treinamento em Guerra Psicológica, com a criação

da primeira unidade de guerra não convencional da história do Exército norte-americano, batizado ‘Décimo Grupo de Forças Especiais’. Há que se mencionar que, logo da abertura do centro, a direção se abstém de comunicar sobre o nascimento dos famosos boinas verdes, cuja missão foi qualificada ‘segredo de Defesa’ (ROBIN, 2014, p 229 – tradução da autora, aspas do original).

Também coube às atividades de Fort Bragg a especialização em guerra psicológica e antiguerrilha, um compromisso pessoal do Presidente Kennedy após a Revolução Cubana ter acontecido e, finalmente, o ensino de Guerra Contra insurgente, de acordo com Robin (2014).

Explicitando as lutas desenvolvidas pelos EUA contra o que Trinquier [1963?] chamou de guerrilha, o autor apontou que

É bom que se saiba que o exército americano, dando conta de tudo isso, tem utilizado a guerra contra as guerrilhas com verdadeiro êxito, especialmente na luta da Coreia. Graças a uma série de esforços coordenados, os americanos puderam destruir, em um período de tempo relativamente curto, todas as guerrilhas que os comunistas haviam estabelecido atrás de suas próprias linhas em 1950. (TRINQUIER [1963?], p. 78-79 – tradução da autora).

Como aprimoramento para o treinamento, Jean Compagnon disse em entrevista à Maria Monique Robin sobre a chegada aos Estados Unidos de um ilustre torturador francês, atuante na Argélia, o General Paul Aussaresses:

R⁴: Se pode dizer que a experiência dos franceses influenciaram nas forças especiais norte-americanas?

C: Bom, há que ser modesto, mas o que é seguro é que eles queriam aproveitar ao máximo nossa experiência para depois usá-la ao seu gosto. Digamos que utilizaram a seu modo a escola francesa com meios humanos e materiais muitos superiores ao que tivemos na Indochina ou Argélia. Você

sabe que os norte-americanos não fazem nada pela metade (ROBIN, 2014, p. 233 – tradução da autora).

Como se vê, os norte-americanos estavam bastante interessados no modelo francês de guerra. Sua potencialidade, entretanto, foi muito maior, sendo capazes de usá-lo como estratégia de contenção no mundo todo, já que “não fazem nada pela metade”.

Após destacar que a função do General Aussaresses nos Estados Unidos foi a de “formar parte dos oficiais que trabalhavam sob as minhas ordens” e que “ele o conhecia bem”, Compagnon afirma que o conhecia desde agosto de 1955, atuando nos massacres de Philippeville, na Argélia.

Nessa época, eu estava encarregado da ação psicológica em Túnez e o azar quis que estivesse aquele dia em missão em Philippeville. Pude observar o sangue frio de Aussaresses nesses acontecimentos trágicos... Nos Estados Unidos, Aussaresses entrevistava principalmente na escola de infantaria de Fort Benning e no centro de forças especiais em Fort Bragg (ROBIN, 2014, p. 233 – tradução da autora).

O que salta aos olhos é a presença dos franceses em locais de ensinamentos militares específicos, utilizada pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Esse tipo de doutrina amparou, de acordo com a mesma autora, as atividades desenvolvidas pelo Exército norte americano no Vietnã ou na Coreia, essa última, também citada por Trinquier. Mas não só. Esse doutrinamento foi capaz de ampliar muito a capacidade inicial dos franceses. O arsenal e a potência que os Estados Unidos detinham no mundo naquela fase, a maquinaria de guerra, ou melhor, da denominada “Guerra Revolucionária” – que efetivamente era uma doutrina contra-revolucionária, com o sentido claro da desarticulação das oposições em todo o mundo - foi capaz de dizimar milhares de pessoas, mas particularmente para o caso desse trabalho, na América do Sul, porque não foi usada só com a destinação de eliminar a ameaça comunista, mas também colocou toda a sociedade sob suspeição.

Adentrando a questão dos ensinamentos da DGR, temos, no Brasil, um outro local no qual esse ensino se processou. Trata-se do Centro de Instruções de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus. O CIGS foi o local escolhido para testar novas técnicas e teorias que entravam na moda naquele período. Sua fundação aconteceu em 1964, pouco antes do Golpe no Brasil. Foi exatamente nesse Centro em que Aussaresses esteve ensinando as teorias francesas para serem disseminadas no Cone Sul. Trata-se, portanto, de um local em que se difundiu a DGR,

repassando ao Cone Sul e às diversas Forças de Segurança no Brasil esse tipo de ensinamento⁵.

Mas o que se ensinava? A estratégia geral era a de combate ao “comunismo” e à “subversão”, o que significava a aplicação de diferentes níveis de repressão e coerção a qualquer indivíduo que expressasse opiniões críticas a respeito da *res publica*. Embora não fosse exatamente uma novidade tal perseguição, no período da Guerra Fria, esse tipo de atividade foi potencializado em níveis muito maiores do que se conhecia até então. A ideia presente na ideologia da Guerra Revolucionária era a de que o inimigo estava disseminado e, portanto, não importava necessariamente o contingente de pessoal nos exércitos regulares, pois os combates eram de baixa intensidade e presumia-se que, por não haver os embates diretos, era de longa duração.

Nosso exército na Argélia passa dos 300.000 homens, equipados com os mais modernos armamentos. Nosso adversário não tem mais de 30.000, equipados em geral com armas quase em desuso. Se tivéssemos a oportunidade de enfrentar esse inimigo no campo tradicional de batalha, um sonho que todavia controla a mente de alguns generais, a vitória se obteria em questão de horas. Mas o problema é muito mais complexo. Por isso a luta tem já mais de seis anos, sem que se vislumbre, todavia, a possibilidade de vitória. (TRINQUIER, [1963?], p. 24 – tradução da autora).

Como se vê no fragmento, Trinquier percebeu o anseio dos generais atuantes, mas também convenceu-se de que não se tratava de uma beligerância entre Estados. Sua doutrina foi formulada para dar resultado na medida em que os combates diretos não surtiam efeitos. Tratava-se de preparar os contingentes para um enfrentamento duradouro. Por não serem ataques diretos, era necessário experimentar novas doutrinas, novas técnicas, novos ensinamentos.

Para que as atividades tivessem frutos, os ensinamentos franceses foram disseminados, tendo sido a formação um aspecto bastante importante das atividades militares. O enlace de pessoal e dos Serviços de Informação, diverso em cada país, esteve bastante difundido. Os locais de treinamento foram importantes para que o “combate à subversão” estivesse na pauta das atividades militares daquele período.

A ORGANIZAÇÃO DAS ATIVIDADES E A COORDENAÇÃO DOS SERVIÇOS

Para que a DGR fosse disseminada, os Serviços de Informações e Exércitos no Cone Sul trataram rapidamente de organizar atividades conjuntas de combates e treinamentos. Para tanto, enviaram pessoal a escolas estrangeiras que tivessem como pressuposto os ensinamentos de “combate ao comunismo e à subversão”, além de realizarem conferências conjuntas. Durante os anos de 1970, o Exército Paraguaio reuniu-se em Conferências Bilaterais com o Brasil e com a Argentina. Essas atividades tinham regularidade.

Para que se possa visualizá-las, são citados neste artigo os documentos reunidos em pesquisa pela autora no Arquivo do Horror, referentes a essas conferências: VII Conferência Bilateral de Inteligência Paraguai - Argentina, 1975⁶; IV Conferência Bilateral de Inteligência entre os Exércitos do Paraguai e Brasil, 1976⁷; Nota B/836 destinada ao Chefe de Polícia da Capital Don Francisco A. Britez Borges informando-o de que os Exércitos Paraguaio e Argentino realizariam uma Conferência Bilateral de Inteligência no Brasil, solicitando portanto que o mesmo realizasse uma exposição nesse evento sobre o tema “ATIVIDADES SUBVERSIVAS DENTRO DO PAÍS”, em 06 de setembro de 1977⁸ e, finalmente, em 1978, ocorreu a II da Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina⁹. A nomenclatura por si só já denota terem acontecido anteriores.

Um outro evento acontecido no mesmo período apareceu sob forma de souvenir no filme *Condor*, dirigido por Roberto Mader. Ao ser entrevistado, Manuel Contreras, chefe da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA) do Chile, mostra vários souvenirs de Conferências de Inteligência e destaca, especialmente, o da III Conferência Regional de Inteligência Nacional, realizada em Buenos Aires, em 1977¹⁰. Contreras, ao apresentar essas relíquias trazidas das Conferências, explica ao Diretor Roberto Mader que o Condor era um Sistema e não uma Operação. Segundo ele, essas atividades começaram a ser organizadas a partir de 1975, quando se viu a necessidade da coordenação das atividades. Sob tal questão, há evidências que desde 1968 esse tipo de atividade já se desenvolvia, pois os documentos demonstram uma sequência das reuniões e conferências. Obviamente, a fala de Contreras no filme não denota a realidade recuperada pelas pesquisas sobre o tema e que demonstram, à luz de documentos, que ela realmente aconteceu enquanto uma Operação, com ação, equipes, organogramas e sequestros, prisões, extradições extrajudiciais e execuções sumárias. O que pode se considerar é que Condor integrava um Sistema, um plano maior articulado.

Durante as atividades da VII Conferência, ficou explícita tacitamente a necessidade imperativa de que os Exércitos da região tinham de trocar informações. Assim, em sua ata final do evento, expressa-se que

não se pode negar a necessidade de uma eficiente coordenação de atividades de inteligência, entre os Exércitos do Paraguai e Argentina como o melhor meio de restringir o logro dos planos elaborados pelos grupos subversivos. (ARQUIVO do Horror, Ata da VII Conferência Bilateral de Inteligência Paraguai – Argentina, 1975, Documento 046F1347 – tradução da autora)

Ainda nessa mesma ata, dentre as recomendações, os militares chancelam ser importante operar a “troca direta de informações” e avaliar a “possibilidade de ampliar o caráter bilateral da Conferência de Inteligência com a inclusão de outros países” (ARQUIVO do Horror, Documento 046F1356, 1975 – tradução da autora). Esse tipo de postura adotado pelos militares durante essa Conferência é elucidativo para exemplificar as teorias defendidas por Trinquier. Para esse autor, é imperativo que

A informação, desde logo, é algo inútil – especialmente em um momento de crise – se não é explorada rapidamente. Como consequência, devemos criar um corpo de inteligência de ação imediata, capaz de tirar proveito da informação que se recebe, no menor tempo possível (TRINQUIER, [1963?], p. 52 – tradução da autora).

Embora, em seu livro, o autor não discuta como estratégia a união dos serviços de informações de outros países, ele deixa clara a necessidade do entrelaçamento entre as atividades do Exército e da Polícia, que com a anuência dos EUA nos anos de 1960 e o conjunto de golpes militares no Cone Sul, criou um espaço para a normatização das atividades conjuntas. Nas ações desenvolvidas na Argélia, setores do Exército e da polícia local operaram conjuntamente,

Nesse caso temos que criar a pirâmide de nossa organização desde baixo, apoiando-se na polícia para que possa manter a ordem a todo momento. Esquadrões de gendarmes, membros das forças motorizadas, acostumados ao contato diário com o povo seriam os encarregados dessa delicada missão (TRINQUIER, [1963?], p. 46 – tradução da autora).

A necessidade de operação conjunta, criada pelos Serviços de Informações e Exércitos, estava relacionada diretamente aos balanços que realizavam durante os encontros bilaterais. Há que se destacar que, neste trabalho, parte-se da análise de Conferências

Bilaterais, mas a mesma lógica foi operada nos eventos multilaterais, como por exemplo, na fundação da Operação Condor em 1975.

A IIda. Reunião Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina apontou, por exemplo, a necessidade de coordenação das atividades internamente, como forma de controle e segurança, destacando que os argentinos definiram: “a Delegação Argentina propôs que se efetuasse uma reunião conjunta entre os elementos de Segurança (Exército e Polícia) para coordenar normas, com relação à expulsão de cidadãos de ambos os países” (ARQUIVO do Horror, Documento 0246F0374, 26-27/06/1978 – tradução da autora). Note-se nesse caso, uma forte preocupação com a extradição, a expulsão, a expatriação, se fosse o caso, dos “subversivos” para manter a ordem e a segurança internas.

Durante esses eventos bilaterais, passava-se, em algumas ocasiões, a balanços mais amiúdes em relação aos seus próprios países, como também em relação aos países vizinhos. Durante a VII Conferência, foram listadas as situações político-econômico-sociais dos demais vizinhos - Chile, Paraguai, Argentina, Bolívia, Brasil, Uruguai. No caso do Brasil, compreendia-se que

O Governo do Brasil, com as experiências, assimiladas dos países que estão caindo sob o flagelo dos elementos subversivos orientados e organizados desde o exterior, com o estabelecimento de um estrito controle das atividades e dos membros responsáveis pela condução dos distintos campos do poder, está podendo manter e controlar as atividades possíveis e futuras dessas organizações, permitindo-lhes atualmente desenvolver sua política em todos os campos, sem o inconveniente que afrontam muitos Governos da Cuenca del Plata, pela ação desses elementos subversivos, que se não gravitam na condução geral para o desenvolvimento da política nacional, criam uma imagem de instabilidade e de insegurança para a execução eficaz dos programas econômicos e a atração de inversões estrangeiras para os logros das infraestruturas necessárias para o desenvolvimento de todo o país. (ARQUIVO do Horror, Documento 00046F1955, VII Conferência Bilateral de Inteligência Paraguai - Argentina, 1975– tradução da autora)

Mais do que uma preocupação com a “subversão” ou o perigo “comunista”, tinha-se em mente que, por motivos diversos, as questões econômicas só se ordenariam caso houvesse a paz social. Mas, nesse caso, a paz significava o controle às demandas sociais, num momento de crises econômicas diversas no mundo, especialmente após a derrocada da crise do petróleo em 1974. Mais do que um controle simples sobre as ameaças, era necessário calar-se todas as demandas e reivindicações da classe trabalhadora, para garantir o bom andamento dos negócios do capital, que já era associado internacionalmente, não só no Brasil, como também na região.

As preocupações sobre o controle social eram tanto internas quanto externas. Em toda a documentação, é perceptível a parafernália montada para que se controlassem as fronteiras entre os países. Nesse caso, não se tratava de um controle isolado por uma nação, embora esse existisse por caráter econômico. Mas no plano social, o controle era exercido conjuntamente entre as várias nações. A expressão dessa particularidade é a de que os grupos “guerrilheiros” contavam com uma ajuda externa e, por esse motivo, havia a necessidade de que se operassem atividades nas fronteiras. Mesmo antes da organização das atividades conjuntas, de forma mais bem acabada, Trinquier expressou essa preocupação quando afirmou que

Nossas fronteiras são um dos fatores que determinam a duração do conflito. A ajuda moral e material, a segurança de que o segmento do abastecimento não será cortado constituem um ponto essencial para manter a moral entre os que nos combatem no interior de nosso solo. Sem essa ajuda e a esperança de que a qualquer momento se produzirá um desembarque de homens armados por parte de nossos aliados, os *maquis* franceses, que tanto deram que fazer ao exército alemão durante a ocupação da França nos dias da segunda guerra mundial, não houvessem sido capazes de resistir a dura pressão a que estiveram submetidos durante tanto tempo. Podemos apresentar alguns exemplos mais para demonstrar que a ajuda vinda do exterior, saída de um país não beligerante exerce um papel importantíssimo na guerra moderna e tem muito a ver com seu possível resultado (TRINQUIER, [1963?], p. 104 – tradução da autora).

Da mesma forma que os franceses se preocuparam com as fronteiras, no Cone Sul essa preocupação expressou-se tanto nas ações policiais e de segurança, como também através das atividades bilaterais ou multilaterais. Durante a VII Conferência, por exemplo, essa preocupação se fez presente. Mas, também em outros documentos examinados, é perceptível uma grande preocupação com o tema. Silva (2010) demonstra um grande número de documentos que se remetiam à preocupação com as fronteiras na região de Foz do Iguaçu, no Brasil. Sua pesquisa versa sobre a ação das Assessorias Especiais de Segurança e Informações da Itaipu Binacional. Todavia, a autora aponta que não se vislumbraram somente os documentos dentro das Assessorias que se referiam àquela região, mas também uma série de informes advindos, por exemplo, da fronteira entre o Paraguai e a Argentina, na região de Clorinda e Formosa.

O imperativo desse tipo de política de Estado foi desenvolvido no Cone Sul da mesma forma que Trinquier havia pensado

Na guerra moderna, o inimigo não está tão fácil de identificar. Não há fronteira física que separe os dois campos. A linha que marca a diferença

entre o amigo e o inimigo pode encontrar-se muitas vezes no coração da nação, na mesma cidade onde se reside, no mesmo círculo de amigos onde um se move, quiçá dentro de sua própria família. É uma linha ideológica, que tem que ser perfeitamente bem descoberta se quisermos determinar prontamente quem são na realidade nossos adversários e a quem temos que derrotar. (TRINQUIER, [1963?], P. 41)

Para que se cumprisse tal ensinamento, foram mobilizados diversos aparatos, desde os serviços de informações internos de cada um dos países, forças armadas e mesmo as Embaixadas; não só entre os embaixadores, mas especialmente entre os adidos militares.

Na medida em que se considerava o inimigo disseminado, sendo qualquer tipo de crítica ao Estado delimitador, a suspeição aprofundava-se sobremaneira dentro da sociedade. Trinquier explicava a necessidade inclusive de criar comandos mistos, entre civis e militares, como um dos ensinamentos máximos na Argélia. Todavia,

toda a guerra esteve baseada na divisão territorial em zonas, subzonas, setores, algo que foi muito benéfico para os resultados, mas muito problemático para a direção da guerra. Finalmente, isso dispersava os níveis de responsabilidade, porque cada um se sentia proprietário de um pedaço do território, como na época feudal: isto é seu, isto é meu... Isto fez muito mais difícil o controle pela hierarquia da luta contra a subversão... (ROBIN ao entrevistar SERVENT, 2014, p. 316, tradução da autora)

Os relatos historiográficos sobre ditaduras no Cone Sul demonstram haver uma série de grupos atuando. Havia inclusive a concorrência entre eles, mas, esse tipo de expediente não criava impeditivos para a repressão.

Nos relatos apresentados pelo Exército Argentino acerca da Operação Toba, é possível encontrar a seguinte informação:

O Exército realizava campanhas de "ação cívica" no ano de 1976, com o objetivo declarado de "trazer as forças armadas à sociedade civil". Detrás destas operações que incluíam pintar escolas e reformas em instituições estatais, segundo se refere, escondiam as "outras operações", as destinadas a tomar prisioneiros políticos. Gladys Hanke, reconhecida sindicalista do SUTECO [Sindicato Único de Trabajadores de la Educación], associação filiada à CETERA¹¹ [Confederación de Trabajadores de la Educación de la República Argentina], foi uma das vítimas destas operações que se fizeram no interior da província. (LACABE, *El operativo*, 29/03/2008 – tradução da autora – maiúsculas e destaques do original)

De fato, nas pesquisas historiográficas sobre o período, tanto no Brasil, quanto na América Latina, é possível obter informações sobre comportamentos diversos dos militantes

de organizações de esquerda, seus deslocamentos físicos, posicionamentos pessoais, detalhes de reuniões e toda uma série de detalhes da vida privada e política das pessoas que foram esmiuçadas profundamente, demonstrando que os aparatos repressivos contaram com um grande número de agentes, mas também de informantes que, no Paraguai, foram denominados de *piragues* e no Brasil como delatores, por exemplo.

Uma evidência importante encontrada nos documentos diz respeito ao que os militares consideravam ser o tratamento adequado aos militantes de maior notoriedade. Assim, “segundo a importância do alvo poder-se-ão efetuar consultas bilaterais e se autorizará o trabalho conjunto nos interrogatórios” (ARQUIVO do Horror, Ilda. Reunião Regional Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina, 1978, Documento 0246F0374 - tradução da autora). Trata-se, nesse caso, da presença do policial de enlace, denunciado por presos políticos ainda durante os anos de 1970, que em momentos de prisão, conseguiam perceber a presença de policiais de seus países de origem, devido ao seu sotaque. Como casos emblemáticos, citam-se a prisão, interrogatório e tortura da médica paraguaia presa na Argentina, Gladys de Sannemann, ação praticada por policiais argentinos e paraguaios na Argentina e a do casal uruguaio Lilian Celiberti e Universindo Dias, na mesma época, em Porto Alegre, com a presença de oficiais uruguaio e brasileiros no momento da prisão sendo, nos dois casos, os presos trasladados aos seus países de origem sem informações oficiais em nenhum dos países envolvidos, caracterizando um expediente comum no período.

Retomando esse conceito das prisões extraoficiais, Terestchenko (2011) vem as nomeando como “transferências extrajudiciárias”, as quais são consolidadas na contemporaneidade, especialmente a partir dos episódios de 11 de setembro nos Estados Unidos, provocando as transferências de “terroristas” para prisões definidas pelos norte-americanos, tais como Guantánamo e Abu Ghraib ao arrepio das leis nacionais e cortes internacionais. A perspectiva adotada no pós-11 de setembro tem como fundamento as experiências já realizadas no Cone Sul largamente nos períodos ditatoriais da segunda metade do século passado, usando como premissa o aprisionamento, interrogatório, tortura, desaparecimentos e mortes forjadas.

A ideia dos interrogatórios, para Trinquier [1963?], era a de conseguir o mais rapidamente as informações necessárias sobre as organizações. Na prática, os relatos de presos políticos demonstram a invasão de seus corpos, os suplícios sofridos, o uso de informações de cunho pessoal. Também na Argélia os relatos são da mesma ordem, não sendo uma especificidade do Cone Sul. Na doutrina, o autor explicava a necessidade da separação

da vida privada e da vida política do preso. Na prática, tendo combatido na Argélia, possivelmente assistiu de perto a prática do Exército francês nos centros de tortura.

Desde logo, o terrorista sabe que, surpreendido e capturado, não pode esperar que lhe tratem como um criminoso comum, ou que se limitem a torná-lo prisioneiro como fazem com os soldados no campo de batalha. As forças da ordem têm que aplicar-lhe distintos procedimentos, porque o que se baseia nele não é o castigo de sua ação, do que na realidade não é totalmente responsável, sem a eliminação de sua organização ou sua rendição. Em consequência, quando se lhe interroga não se lhe pedem detalhes de sua vida, nem se lhe pergunta sobre os atos que realizou anteriormente, senão uma precisa informação sobre sua organização. Em particular, sobre quem são os seus superiores e a localização dos mesmos, a fim de proceder a seu imediata prisão.

Nenhum advogado está presente quando se efetua este interrogatório. Se o prisioneiro oferece rapidamente a informação que se lhe pede, o exame termina em seguida. Mas se esta informação não se produz de imediato, seus adversários se veem forçados a obtê-la empregando qualquer meio. Então, o terrorista, como antes o soldado, tem que suportar seus sofrimentos, e quiçá, até mesmo a morte, sem dizer meia palavra. O terrorista tem que aprender a aceitar estas consequências como uma condição inerente à sua função e ao método de guerra que ele e seus superiores, com perfeito conhecimento do que faziam, escolheram. Uma vez que o interrogatório foi terminado, todavia, o terrorista pode seguir a mesma sorte que o soldado, ficando prisioneiro e retirado de circulação até que o conflito tenha terminado. (TRINQUIER, [1963?], p. 37-38)

A ideia da tortura, do tratamento degradante, embora não apareça no início do fragmento, é patente ao se evidenciar que as informações devem ser conseguidas de qualquer forma. Apenas para lembrar, os escritos de Trinquier, publicados na França são de 1961. Trinquier era um militar, atuante tanto na Argélia, quando na Indochina. Portanto, era minimamente conhecedor de que o que se propõe acima fere diretamente à Convenção de Genebra, que prevê:

Artigo 3.º

No caso de conflito armado que não apresente um caráter internacional e que ocorra no território de uma das Altas Potências contratantes, cada uma das Partes no conflito será obrigada a aplicar pelo menos as seguintes disposições:

1) As pessoas que tomem parte diretamente nas hostilidades, incluídos os membros das forças armadas que tenham deposto as armas e as pessoas que tenham sido postas fora de combate por doença, ferimento, detenção ou por qualquer outra causa, serão, em todas as circunstâncias, tratadas com humanidade, sem nenhuma distinção de caráter desfavorável baseada na raça, cor, religião ou crença, sexo, nascimento ou fortuna, ou qualquer critério análogo.

Para este efeito, são e manter-se-ão proibidas, em qualquer ocasião e lugar, relativamente às pessoas acima mencionadas:

- a) As ofensas contra a vida e integridade física, especialmente o homicídio sob todas as formas, as mutilações, os tratamentos cruéis, torturas e suplícios;
- b) A tomada de reféns;
- c) As ofensas à dignidade das pessoas, especialmente os tratamentos humilhantes e degradantes;
- d) As condenações proferidas e as execuções efetuadas sem prévio julgamento, realizado por um tribunal regularmente constituído, que ofereça todas as garantias judiciais reconhecidas como indispensáveis pelos povos civilizados. (Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-i.html>. Acesso em 13/08/15)

É importante destacar, para efeitos desse artigo, que os países do Cone Sul envolvidos nas Operações Encobertas, especialmente na Operação Condor, além da França e Estados Unidos assinaram essa III Convenção desde 1949. O Chile ratificou a mesma em 1950, a França em 1951, o Equador em 1954, os Estados Unidos em 1955, Argentina e Peru em 1956, o Brasil em 1957, Paraguai 1961, Uruguai 1969, e finalmente a Bolívia em 1976. Portanto, sabia-se, mesmo que o formato de Guerra Moderna não estivesse estabelecido na legislação, que o tipo de tratamento degradante era condenado.

Percebe-se, nos documentos, uma necessidade constante de inovação. Não só em técnicas aplicadas aos prisioneiros e demais vítimas, como também as que eram necessárias para que a informação transitasse em segurança e rapidamente. Assim, propôs-se, no final da IIª Reunião Regional Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina que

Modo de trocar informação e forma de operar:

Contato pessoal, prévia comunicação telefônica, utilizando frases combinadas.

Telefones da ARGENTINA que podem ser utilizados para localizar o pessoas de Inteligência:

Destacamento de Inteligência 124: 5819-6544 – Tenente Coronel MARTINEZ.

Seção de Inteligência 124/FORMOSA; 437 Major GOMAR.

Seção de Inteligência 124/MISIONES; 8088 – Major QUIROZ.

Solicitar possibilidade de obter radio BLU de forma permanente entre o Destacamento de Inteligência 124 e o Departamento de Polícia das FFAA PARAGAYAS.

Cada órgão de inteligência atuará em todas as atividades de investigação e detenção de forma independente, dentro dos limites de seus país (...)

Quanto à remissão [do alvo] ao país de origem, ficará a cargo de cada país, segundo suas normas diplomáticas. (ARQUIVO do Horror, Documento 0246F0425, 27-28/06/1978. Maiúsculas e destaques do original – tradução da autora)

Cabe ainda destacar, no mesmo documento que se definiu como “lugar onde se levaria a cabo a troca de presos: a combinar” (tradução da autora).

A ideia da coordenação apareceu em vários momentos. Desde os documentos fundantes da Operação Condor, passando por diversos outros.

ATUAÇÕES INTERNACIONAIS – O PAPEL DAS EMBAIXADAS, DOS ADIDOS MILITARES E AS RELAÇÕES ECONÔMICAS COMO SUBSÍDIO

Nas atividades de cooperação entre os serviços em todo o mundo, estiveram envolvidas as Embaixadas. Suas ações iam desde a transmissão de informação aos seus governos, mas também tinham o papel da intermediação das ações entre as diferentes nações, relacionando desde a troca de informações sobre perseguidos políticos, no caso dos países do Cone Sul sob ditaduras, até a atuação em áreas estratégicas para a economia. Não cabe aqui uma discussão a respeito do papel das embaixadas no mundo de maneira geral, na defesa dos interesses de sua nação e seus cidadãos quando se encontram no exterior, por exemplo. O cerne da discussão que se coloca é o papel cumprido por Embaixadas e adidos militares ao se imiscuírem nas atividades de informação de suas nações com as “aliadas” numa prática de suspeição continuada contra seus cidadãos, independente das matizes políticas por eles defendidas.

No caso dos adidos militares, eles cumpriram o papel também de ensinar teorias, participar das capturas, envolver-se diretamente nas atividades. Exemplificando, há um caso emblemático, que foi o do General Aussaresses, Adido Militar da França no Brasil, que ensinou as teorias francesas no Centro de Instrução de Guerra na Selva em Manaus. Além desse caso, podemos citar ainda que a Ilda. Reunião Regional Bilateral de Inteligência entre os Exércitos da República do Paraguai e da República Argentina (1978) determinou “prosseguir o enlace [das informações] através do Adido Militar” (ARQUIVO do Horror, Documento 0246F0373, tradução da autora).

Também o Brasil monitorou sistematicamente seus exilados. As atividades desempenhadas no exterior por esses exilados eram controladas pelas Embaixadas brasileiras, contando com uma rede bastante ampla, que envolvia desde o Embaixador a Adidos Militares e policiais.

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa redigiu a portaria ultra-secreta que criava o Centro de Informações do Exterior (CIEEx), vinculado ao SNI e subordinado à

Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior” (Adoc), as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – geralmente vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças. Oficialmente, existia um centro responsável de fornecer informações estratégicas ao Itamaraty a fim de melhorar a execução política externa do país. (FERNANDES, 2008, p. 7-8)

O papel dos adidos e das embaixadas ainda está pouco discutido, devido inclusive às dificuldades de acesso às informações. Mas é salutar entender, contextualizadamente, os motivos pelos quais as embaixadas envolveram-se nesse tipo de prática. É largamente sabido que as Embaixadas norte americana, atuando nos diversos países no Cone Sul, estiveram envolvidas diretamente nos Golpes de Estado, e o fizeram sob a lógica dos interesses norte-americanos na região. Senão em todos, ao menos no Brasil e no Chile, essa atuação está comprovada. Mas o papel das demais ainda é bastante nebuloso. Particularmente em relação ao Brasil, vislumbra-se, no cenário internacional uma relação de disputas por fatias econômicas particularmente no mercado bélico, mas não só. As pesquisas de Araújo demonstram que

Atualmente diversos estudos salientam a importante concorrência existente entre países europeus e os Estados-Unidos durante o século XX. Esses estudos, com efeito, sublinham aspectos pertinentes ao sistema internacional e as redes de poder que se articulavam em meados do século. Pode-se supor que a concorrência entre a França e a Alemanha, marcante dentro do Exército brasileiro até 1940, tenha criado certa dinâmica de intercâmbios entre a Europa e a América do Sul. A atuação de seus respectivos adidos levou ao estabelecimento de redes de conhecimento e de influência. A dinâmica de intercâmbio parece ter diminuído consideravelmente com o resultado desolador da Segunda Guerra mundial para a Europa. O processo de distanciamento do Exército brasileiro com relação aos seus parceiros europeus insere-se num contexto mais amplo, de aproximação do Brasil com os Estados Unidos, dentro do quadro descrito por Gerson Moura de construção de um sistema de poder norte-americano na América Latina. Mas, ainda assim a França entendia participar do processo de decisão internacional, notadamente após a volta ao poder do general Charles de Gaulle, em 1958. (ARAÚJO, 2008, p. 247)

Ao longo do século XX, a postura brasileira em relação às aproximações ocorreu de acordo com a lógica de interesses das frações internas do capital. A partir do final da 2ª Guerra Mundial, a supremacia dos Estados Unidos tornou-se patente no mundo, e conseqüentemente, o Governo Brasileiro e seus congêneres latino-americanos acabaram se aproximando desse governo. Outrossim, a lógica que opera nesse fenômeno não possui mão

única, tendo diversas clivagens, o que demonstra haver, não só a influência norte-americana, mas também a de outros países. Conforme dissemos inicialmente, longe de excluir a norte-americana ou diversas outras, o que se pretende perceber é o caráter internacional, ou seja, a interconexão entre os países, suas defesas do sistema capitalista e da dominação do Estado, sob a lógica da incorporação e importação das teorias da Doutrina da Guerra Revolucionária como um aspecto das Doutrinas de Segurança Nacional. Isso nos permite aprofundar a interconexão internacional das estratégias e táticas repressivas e a ênfase adquirida através da doutrina francesa.

Em outros momentos, a França já havia participado mais intensamente do mercado bélico nacional, conforme se vê

Com a queda de Paris em junho de 1940, a França perderia contato com o Brasil, o último representante da MMF, coronel Durosoy, deixou o Brasil em princípios de 1941. A impossibilidade de consultar os documentos sobre as relações estrangeiras do governo do marechal Pétain (1941-1944), nos arquivos do *Quai d'Orsay*, não nos permite tirar conclusões sobre as prováveis relações diplomáticas entre o Brasil e o governo de Vichy. Contudo, esse período parece marcar um declínio considerável da influência francesa, sugerindo a perda do mercado militar brasileiro. O distanciamento com relação à França poderia determinar uma aproximação com a Alemanha. Com a crescente ameaça de um conflito europeu, a possibilidade de aliança entre os países do Eixo e o Brasil preocupava o Departamento de Estado norte-americano. Além disso, a aproximação da Argentina com a Alemanha era apreendida como a formação de uma zona de influência nazista na América do Sul (ARAÚJO, 2008, p. 252).

Ainda que os Estados Unidos tenham mantido um forte controle no plano econômico brasileiro já naquele período, a França tinha negócios bem vantajosos com o Brasil durante o final dos anos de 1930/1940 em relação aos minérios, particularmente em Minas Gerais. Quando o Governo francês caiu nas mãos dos nazistas, o Brasil apossou-se de uma grande carga de monazita e a ilmenita, comprada por uma empresa francesa, por se tratar de minerais radioativos e estratégicos num período de Guerra, contrariando os interesses norte-americanos. Segundo Toledo *et. al.* (2004) e Dana (1969) citados por Ferreira, Sabedot e Sampaio (2007, p. 670), sobre a associação desses minerais, temos que

Uma característica importante da ilmenita é sua associação com a monazita, que é um mineral do grupo fosfato mais comum de Elementos Terras Raras (ETR) (Toledo e outros, 2004). A monazita é o principal mineral fonte de óxido de tório em quantidades que podem variar entre 1 e 20%. O tório é radioativo e recebe considerável atenção como principal contaminante dos concentrados de ilmenita (DANA, 1969).

O interesse francês pelo minério, especialmente os radioativos, mas também outros encontrados em Minas Gerais, provocou grandes contendas com os Estados Unidos. Contudo, envolvida nas disputas dentro das suas colônias, a França acabou mergulhada nas questões internas, deixando em segundo plano as questões internacionais mais estratégicas. Todavia,

com o fim da guerra da Indochina, um grande número de oficiais foi liberado de suas missões na Ásia e começam a afluir para outras secretarias do Ministério da Defesa. Seria o caso, particularmente, de André Normand, adido militar no Brasil de 1955 a 1958, e de Henri Lemond, seu sucessor de 1958 a 1961. Ambos provêm do corpo de oficiais coloniais engajados na Indochina, e pareciam convencidos do sucesso da doutrina francesa. Para eles, como para bom número de oficiais, a derrota na Indochina tinha causas essencialmente políticas: dera-se pouca atenção ao conflito e, por conseguinte pouco se investira. (ARAUJO, 2008, p. 260)

Estrategicamente, o Embaixador francês começou a perceber a importância e as clivagens das relações com o Brasil.

Normand deixou poucos registros nos arquivos militares. Seus comentários são escassos e seu documento de trabalho é um relatório sobre as iniciativas políticas e comerciais francesas no Brasil. Segundo sua análise, toda ação no Brasil devia ser combinada a uma propaganda política capaz de recuperar a confiança das elites militares brasileiras na França. Embora seja um documento de cunho colonialista, desperta interesse por contribui[r] para a compreensão do interesse comum entre o Exército, representado pelo general, e o ministério das Relações Exteriores, representado pelo adido. O intuito da propaganda política seria influenciar as decisões de uma pessoa ou de um grupo ao qual ela se destina. A ação psicológica, fundamento da propaganda política, colocava em prática todos os meios de informação disponíveis para difundir uma determinada doutrina, criando dessa maneira um movimento de opinião capaz de suscitar uma decisão. A propaganda tinha por objetivo assegurar o sucesso de uma teoria ou de uma doutrina. No caso francês tratava-se de diferentes percepções estratégicas vinculadas a um novo tipo de guerra. (ARAUJO, 2008, p. 260)

Percebe-se, claramente, a ideia de se assegurar a Doutrina de Guerra Revolucionária; mas, também, de demarcar um território notadamente sem demarcações ainda específicas: o domínio do mercado bélico. Para que houvesse sucesso em tal empreitada, era necessário o resgate do prestígio francês anteriormente gozado entre a oficialidade, exatamente a medida tomada, como se vê

com o estreitamento das relações entre o adido e certos oficiais brasileiros, as relações diplomáticas entre o Brasil e a França tomariam outro rumo. Rapidamente, e observando as relações franco-argentinas, os adidos franceses no Brasil se dariam conta que poderiam, através da doutrina, influenciar os militares brasileiros na escolha de materiais bélicos. O

próximo passo seria seguir o exemplo norte-americano e relacionar empresas privadas no projeto de expansão francesa na América Latina. Abriu-se aos franceses o mercado militar, com todas suas carências e necessidades. A tática desenvolvida por Normand e aplicada por Lemond encontraria um amplo sucesso, permitindo a inauguração de uma nova fase das relações franco-brasileiras, em que o passado seria valorizado pelos representantes diplomáticos de cada país. (ARAUJO, 2008, p. 267)

A atuação da chancelaria francesa não se restringiu ao Brasil, como se viu. Um dos casos mais emblemáticos foi a Argentina, local onde foi inaugurada uma Missão Militar de caráter permanente, sendo responsável, portanto, pela disseminação da Doutrina de Guerra Revolucionária, mas também influenciando também no mercado bélico daquele país. A importância francesa nesses dois países foi tão marcante, segundo destaca Robin (2014), que o número de oficiais brasileiros e argentinos teve parcela muito menor na formação nos Estados Unidos, se comparados aos demais Estados da região. Para a autora, essa justificativa se dá justamente pelo fato de, tanto no Brasil quanto na Argentina, existirem os locais de treinamento adequados, não necessitando de enviar um grande contingente de tropas para o exterior.

Além disso, a mesma autora destaca o grande número de compra de aviões do tipo Mirage pelos dois exércitos; explicitando que, para além da contenção das lutas dos trabalhadores na defesa das suas reivindicações, a venda de materiais bélicos foi um ótimo negócio para o Governo francês, demonstrando especialmente que, para se manter, o capital lança mão de todas as estratégias possíveis, perfazendo um jogo dialético bastante complicado ao longo da história e sem se importar com o grande número de vítimas que vai provocar.

Numa declaração em que assumia seu claro papel e do Exército na Guerra Suja, nas palavras de Robin (2014, p. 190), Martín Antonio Balza declarou que “sua boa fortuna (...) consistiu em haver sido enviado em formação a Escola de Oficiais de Lima, Peru, entre 1976/1978, no momento mais sangrento da ditadura”. Continuando em sua entrevista a Robin (2014), Balza explica o que se fez na Argentina:

eu diria que foi um coquetel político, ideológico, militar e religioso o que engendrou o regime mais criminoso de nossa história. E para a constituição desse coquetel, o ensino dispensado pelos assessores militares franceses a partir dos anos 50 desempenhou um rol fundamental. Ao que depois se agregará – mas o mal já estava feito – a influência dos norte-americanos. (BALZA, p. 190)

A ideia de que as atividades conjuntas iniciaram-se a partir dos anos de 1970 está longe de ser fato. Como ressaltamos no início do texto, ao longo do século XX, diversos

países participaram de atividades repressivas conjuntas e lá destacamos que no caso que se trata no texto, o grande diferencial do período escolhido foi a implementação da Guerra Fria e a guinada do combate aos “inimigos comunistas e subversivos” que, embora já acontecessem também anteriormente, atingiram proporções muito maiores, com a criação de teoria específica para esse combate. Não se tratava mais da beligerância entre países, mesmo que em alguns casos tenha acontecido, mas especialmente da nomeação de um inimigo amparado numa doutrina elástica o suficiente, sem previsão nas convenções internacionais, capaz de combater o avanço revolucionário que assombrava o capitalismo e com um advento incrível: capaz de fazer Estados comprarem armas das grandes potências para realizarem o combate e calarem, acima de tudo, qualquer tipo de reivindicação. A internacionalização, finalmente, se tornou a marca da atuação desses Estados, em separado, ou em conjunto, mas efetivamente criminalizaram as lutas sociais, prenderam, ocultaram ou executaram seus perseguidos com o fim último da manutenção da ordem vigente, ao arrepio das legislações internacionais, fazendo valer uma nova forma de combate, muito mais disseminada e difícil de ser denunciada.

INFORMATION SERVICES IN THE SOUTHERN CONE: INTERCONNECTS UNDER THE AEGIS OF THE REVOLUTIONARY WAR DOCTRINE (1960-1990)

ABSTRACT

This present article discusses the ways in which Southern Cone Information Services intertwined its repressive apparatus from the 1960s, led by the precepts of the Revolutionary War Doctrine, developed by the French during the war in Algeria at the end of 1950s and early 1960s, and spread throughout the world through their embassies. That doctrine was integrated to the National Security Doctrine, basing the strategies and tactics of genocidal practices and against humanity committed by the Southern Cone dictatorships. The linkage of services was through a series of activities in which nations under dictatorships got jointly involved. As a reference for this analysis, we have made use of information extracted from the documents in Horror archive in Asuncion - Paraguay, related to the Armies Bilateral Conference, composed of members from Brazil, Argentine and above mentioned country armed forces, as well as official correspondence performed by armies and secret services of "friendly nations". It is emphasized in this intersection, the role of military attaches and embassies that supported the Doctrine of the Revolutionary War, serving as a contribution to the intersection between civil to political persecution and economic interests of the nation they represented.

Keywords: Revolutionary War Doctrine, Information Exchanges, Human training in the Revolutionary War Doctrine.

NOTAS

¹ Para maiores informações, SILVA, J. A. **Operação Toba na integração dos serviços de inteligência argentino e paraguaio para atividades conjuntas de repressão** (1976-1978). Caderno de Ciências Sociais. Fundação Santo André – No prelo.

² *ARCHIVO del Horror*. Museo de la Justicia, Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Corte Suprema de Justicia, Poder Judicial, Republica del Paraguay.

³ As ações envolviam também organizações secretas paraestatais, tal qual a Operação Bandeirantes (OBAN) no Brasil, a Aliança Anticomunista Argentina (*Triple A*) na Argentina, a *Avanguardia Nazionale* na Itália, cubanos anti-castristas nos Estados Unidos. Todavia, a ação dos paraestatais não serão discutidas nesse texto.

⁴ De forma a facilitar a compreensão do leitor, foram inseridas as letras R significando Robin, a autora e entrevistadora, e C para Jean Compagnon, o entrevistado. Todavia, essas referências não constam na obra original.

⁵ A respeito do CIGS ver: SILVA, J. **O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a formação para a Doutrina de Guerra Revolucionária**. *Revista Textos e Debates*: Revista do Centro de Ciências Humanas da UFRR. Boa Vista, Roraima, aguardando parecer.

⁶ ARQUIVO do Horror, documentos 0046F1344 a 0046F1377. Secreto. Sem origem e difusão, 1975.

⁷ ARQUIVO do Horror, documentos 0143F08 a 0143F0780. Sem classificação de sigilo. Polícia da Capital. Sem difusão, 1976.

⁸ ARQUIVO do Horror, documento 0021F1692. Sem classificação de sigilo. Do Comando em Chefe das Forças Armadas da Nação, Estado Maior, II Departamento, para o Chefe de Polícia da Capital. 05/09/1977. Tradução da autora, destaques do original.

⁹ ARQUIVO do Horror, documentos 0246F0373 a 0246F0427. Secreto. Sem origem e difusão. 1978.

¹⁰ CONDOR, o Filme. Diretor Roberto Mader. Co-Produção: Taba Filmes e Focus Filmes. Timer 33:31 a 33:50.

¹¹ A sigla encontrada em pesquisas na rede mundial de computadores é CTERA, mas o jornal trouxe a abreviatura como CETERA. Foi mantida a grafia original.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco. A influência francesa dentro do Exército brasileiro (1930 – 1964): declínio ou permanência? *Revista Esboços*, Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UFSC. Santa Catarina, n. 20, v.15, p.245-273, 2008.

ARCHIVO del Horror. Museo de la Justicia, Centro de Documentação e Arquivo para a Defesa dos Direitos Humanos. Corte Suprema de Justicia, Poder Judicial, Republica del Paraguay.

CONDOR, *o Filme*. Diretor Roberto Mader. Co-Produção: Taba Filmes e Focus Filmes. Brasil, 2007. 110min. Color.

CONVENÇÃO III. *Convenção de Genebra Relativa ao Tratamento dos Prisioneiros de Guerra de 12 de Agosto de 1949*. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Conven%C3%A7%C3%A3o-de-Genebra/convencao-de-genebra-i.html>. Acesso em 13/08/15)

FERNANDES, Ananda Simões. A ditadura brasileira e a vigilância sobre seu “inimigo interno” no Uruguai (1964-1967): os órgãos de repressão e de espionagem. In: *IX Encontro Estadual de História da ANPUH-RS*. Anais eletrônicos. 2008. Disponível em http://eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210691256_ARQUIVO_textoanpuh2008.pdf. Acesso em 15/08/2015.

FERREIRA, Karime Ribeiro e Silva; SABEDOT, Sydney; SAMPAIO, Carlos Hoffmann. Avaliação da presença de monazita em concentrado de ilmenita produzido na mina do Guaju (PB). *Rem: Revista da Escola de Minas* [online]. 2007, vol.60, n.4. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0370-44672007000400013&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20/08/2015.

LACABE, Marga. *El operativo*, 29/03/2008 – disponível em: <http://desaparecidos.org/notas/2008/03/arg-el-operativo-toba-al-desnu.html>. Acesso em 14/08/15.

ROBIN, Marie Monique. *Escuadrones de la Muerte, la escuela francesa*. La Plata: De La Campana, 2014.

SILVA, Jussaramar da. A Operação Toba na integração dos serviços de inteligência argentino e paraguaio para atividades conjuntas de repressão (1976-1978). In: *Cadernos de Ciências Sociais*. Fundação Santo André. No prelo.

_____. *A Usina de Itaipu e a Operação Condor: o outro lado das relações internacionais Brasil – Paraguai (1973-1987)*. PUC/SP, 2010, Dissertação de mestrado, 187 páginas.

_____. O Centro de Instrução de Guerra na Selva e a formação para a Doutrina de Guerra Revolucionária. *Revista Textos e Debates*: Revista do Centro de Ciências Humanas da UFRR. Boa Vista, Roraima, aguardando parecer.

TERESTCHENKO, Michel. *O bom uso da tortura – ou como as democracias justificam o injustificável*. São Paulo: Edições Loyola. 2011.

TRINQUIER, Roger (Coronel): *La Guerra Moderna*. Buenos Aires, Editorial Rioplatense, [1963?].